



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

**PROCESSO SELETIVO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS DO
QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR**

CADERNO DE PROVA

Dia: 29 de novembro de 2009.

Prova: **Direito**

NOME: _____ SALA: _____

INSCRIÇÃO: _____ IDENTIDADE: _____ ORGÃO/UF: _____

Leia com atenção:

01. Só abra este caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais de sala.
02. Preencha seus dados pessoais no quadro acima.
03. Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 40 questões.
04. Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa correta.
05. Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois transfira os resultados para a Folha de Respostas.
06. Confira também na sua Folha de Respostas, todos os seus dados impressos.
07. Para marcar a Folha de Respostas utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta. A marcação é definitiva, não admitindo rasuras e em nenhuma hipótese ela será substituída.
08. Não risque, não amasse, não dobre e não suje a Folha de Respostas, pois isso poderá prejudicá-lo.
09. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião, nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da prova. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
10. Conforme item 7.13 do Edital:

É facultada ao candidato, após o decurso de 03h (três horas) da aplicação das provas, a transcrição de suas respostas, registradas no documento oficial (Folha de Respostas), para um formulário específico, denominado Folha de Cópia de Respostas, impresso e destacável na capa da prova.

sustente
Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

sustente
Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

FOLHA DE CÓPIA DE RESPOSTAS

Inscrição: _____ Nome: _____ Sala: _____

01.		02.		03.		04.		05.		06.		07.		08.		09.		10.	
11.		12.		13.		14.		15.		16.		17.		18.		19.		20.	
21.		22.		23.		24.		25.		26.		27.		28.		29.		30.	
31.		32.		33.		34.		35.		36.		37.		38.		39.		40.	

REDAÇÃO – RASCUNHO

TÍTULO DA REDAÇÃO:

A Ética é elemento indispensável para um profissional competente?

1. _____

2. _____

3. _____

4. _____

5. _____

6. _____

7. _____

8. _____

9. _____

10. _____

11. _____

12. _____

13. _____

14. _____

15. _____

16. _____

17. _____

18. _____

19. _____

20. _____

21. _____

22. _____

23. _____

24. _____

25. _____

26. _____

27. _____

28. _____

29. _____

30. _____

Normas para a redação:

- Elaborar um texto dissertativo argumentativo;
- Não fugir do tema;
- Ser claro, coerente e coeso;
- Utilizar a língua formal;
- Redigir em prosa;
- Obedecer ao limite de linhas (25 a 30)

PROVA: DIREITO

1. A respeito das pessoas naturais, assinale a opção correta:

- a) No direito brasileiro existe a incapacidade de direito, entretanto não existe a incapacidade de fato ou de exercício.
- b) Podemos afirmar que o recém-nascido, o deficiente mental e o pródigo possuem capacidade de direito.
- c) A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória.
- d) São absolutamente incapazes os menores de dezesseis anos; os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos e os pródigos.
- e) Cessará para os enfermos a incapacidade com o casamento.

2. Em relação às pessoas jurídicas, marque V para a assertiva verdadeira e F para a assertiva Falsa:

() Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público.

() O poder público poderá negar o reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao funcionamento de uma instituição religiosa, caso seus líderes estejam respondendo processo de sonegação fiscal.

() Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizam para fins econômicos e educacionais.

() São pessoas jurídicas de direito público interno: os municípios, as autarquias e os territórios.

- a) F, F, F, V.
- b) V, F, V, V.
- c) F, V, F, V.
- d) V, V, V, F.
- e) F, F, V, F.

3. Acerca dos bens, assinale a opção correta.

- a) Os bens públicos dominicais estão sujeitos à usucapião, caso se comprove a posse de boa fé por mais de 10(dez) anos.
- b) Os bens infungíveis são bens móveis que podem ser substituído por outros de mesma espécie, qualidade e quantidade.
- c) Consideram-se bens móveis, para os efeitos legais, os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- d) Consideram-se bens móveis, para os efeitos legais, as energias que tenham valor econômico.

e) São bens públicos, de uso especial, as praias utilizadas por Hotéis de luxo devido à importância do turismo para o desenvolvimento econômico e social do País.

4. Em relação aos fatos jurídicos, podemos afirmar:

- a) O estado de perigo tem, como requisito, a inexperiência daquele que se obriga à prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- b) A reserva mental feita pelo autor caracteriza-se pela não-coincidência entre a vontade real e a declarada. Neste caso, pode-se anular o negócio jurídico, mesmo se o destinatário não tinha conhecimento.
- c) É anulável o negócio jurídico celebrado por pessoa que, mesmo por causa transitória, não possa exprimir sua vontade.
- d) Considera-se lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- e) O menor, entre dezesseis e dezoito anos, não pode, para eximir-se de uma obrigação, invocar a sua idade, se dolosamente a ocultou quando inquirido pela outra parte, ou se, no ato de obrigar-se, declarou-se maior.

5. Em relação à prescrição e à decadência, assinale a opção correta:

- a) A prescrição só pode ser decretada de ofício se favorecer a absolutamente incapaz.
- b) O prazo de decadência não corre contra os absolutamente incapazes.
- c) Prescreve, em 5 (cinco) anos, a pretensão do beneficiário contra o segurador, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.
- d) Todas as causas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição aplicam-se à decadência, ante a similitude dos institutos.
- e) Quando a lei não haja fixado o prazo prescricional para a pretensão esta será de 20 anos.

6. Em relação à aplicação da lei penal, assinale a opção correta.

- a) Quanto ao momento do crime, a lei penal brasileira adotou expressamente a teoria da ubiqüidade.
- b) O código penal brasileiro, em relação ao lugar do crime, adotou expressamente a teoria da atividade, isto é, considera-se praticado o crime exclusivamente no local da ação ou omissão.

- c) Não fica sujeito à lei brasileira o crime de genocídio praticado no exterior, mesmo quando o agente for brasileiro.
- d) O código penal brasileiro, em relação ao lugar do crime, adotou expressamente a teoria da ubiqüidade, isto é, considera-se praticado o crime exclusivamente no local da ação ou omissão.
- e) Os crimes contra a vida ou a liberdade do presidente da República mesmo ocorrendo no exterior ficarão sujeitos às leis brasileiras.
7. Em relação à consumação ou à tentativa do crime, marque V para a assertiva verdadeira e F para a assertiva falsa:
- () Sempre é possível ocorrer tentativa em crime culposos.
- () São os dois requisitos da tentativa: o início da execução do crime e que a não-consumação tenha ocorrido por sua vontade própria.
- () Considera-se tentativa perfeita quando o agente pratica todos os atos executórios e, mesmo assim, não consegue consumir o crime.
- () Segundo o Código Penal, a pena do crime tentado é sempre menor que a do crime consumado.
- a) F, F, F, V.
b) V, F, V, V.
c) F, F, V, F.
d) V, V, V, F.
e) F, V, F, V.
8. Mário, jovem de 25 anos, foi a uma boate na sexta-feira à noite e consumiu várias bebidas alcoólicas. Na madrugada, ao voltar para casa, colidiu o seu veículo com o de Maria, vindo a lesioná-la de forma grave. Nessa situação hipotética, assinale a opção correta:
- a) No caso da embriaguez, o crime fica excluído, haja vista que o direito penal brasileiro adotou a tese da *actio libera in causa*.
- b) A embriaguez de Mário é uma forma de exclusão da imputabilidade.
- c) Para o caso de Mário ter sido obrigado a ingerir quantidade excessiva de bebida alcoólica, mediante ameaça de arma de fogo realizada por um desafeto seu. Nessa hipótese, a sua pena será reduzida pela metade, caso ele fosse, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- d) Caso a embriaguez de Mário tenha sido voluntária, não será excluída a imputabilidade penal no caso.
- e) Comprovando-se que Mário sofre de alcoolismo, sua pena será apenas um tratamento médico.
9. A respeito dos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta.
- a) Nos crimes funcionais, não é possível existir co-autoria entre funcionário público e pessoa que não é funcionário público.
- b) A conduta de servidor que exige tributo, que sabe ou deveria saber que é indevido, constitui o crime de excesso de exação.
- c) Comete o crime de peculato o servidor que retarda, indevidamente, a prática de ato de ofício, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- d) Não é possível a existência de peculato culposos, pois todo crime de peculato é doloso.
- e) Advogado particular que patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado junto à Administração Pública, comete o crime de advocacia administrativa.
10. Cláudio solicita vantagem para si, a pretexto de influenciar, em ato praticado por João, servidor público no exercício de sua função. Nessa situação hipotética, Cláudio comete o crime de:
- a) Peculato.
b) Concussão
c) Advocacia administrativa.
d) Prevaricação
e) Tráfico de influência.
11. Em relação aos princípios da jurisdição, assinale a opção correta.
- a) Pelo princípio da indelegabilidade, a jurisdição só pode ser exercida por quem tenha sido regularmente investido na autoridade de juiz; entretanto, em alguns casos especiais, o Juiz pode delegar a jurisdição.
- b) Pelo princípio do juiz natural, a jurisdição só pode ser exercida por juizes ou órgãos colegiados previstos na Constituição da República; entretanto, é permitida, em alguns casos especiais, a criação de tribunais de exceção.
- c) Pelo princípio da inevitabilidade, as partes, depois que ativam o poder estatal, podem optar em submeter-se ou não às decisões por ele tomadas.
- d) Pelo princípio da indeclinabilidade, o órgão constitucionalmente investido no poder de jurisdição, tem a obrigação de prestar a tutela jurisdicional. Não podendo recusa-se a ela, quando legitimamente provocado.

e) A jurisdição pode ser exercida de ofício, independentemente de provocação das partes, conforme prevê o princípio da inércia.

12. Em relação à jurisdição contenciosa e à voluntária, marque V para a assertiva verdadeira e F para a assertiva Falsa:

() A jurisdição voluntária exclui o exercício posterior da jurisdição contenciosa sobre o mesmo assunto.

() A jurisdição voluntária é aquela em que o Estado desempenha a pacificação ou a composição dos litígios. É a jurisdição propriamente dita.

() As características básicas da jurisdição voluntária são a existência de partes e a possibilidade do contraditório.

() O princípio inquisitivo ocorre na jurisdição voluntária.

- a) F, F, F, V.
- b) V, F, V, V.
- c) F, F, V, F.
- d) V, V, V, F.
- e) F, V, F, V.

13. Com relação à ação, julgue os itens seguintes:

- I. O pedido mediato é o de natureza processual formulado contra o Estado-juiz, pelo qual o autor solicita uma sentença de mérito.
- II. O pedido imediato é o de direito material, formulado contra o réu, visando à entrega do direito objetivo violado.
- III. O interesse de agir busca a análise do binômio necessidade e adequação.
- IV. Salvo quando autorizado pela lei, ninguém pode pleitear, em nome próprio, direito alheio.

Estão corretos os itens:

- a) I e III
- b) I, II e III
- c) Todos estão corretos
- d) III e IV
- e) Todos estão errados

14. Em relação à classificação das ações, assinale a opção correta.

- a) As ações são classificadas conforme o tipo de processo em: de cognição, de execução e de conhecimento.
- b) É na ação de conhecimento que o juiz realiza ampla cognição, analisando todos os fatos alegados pelas partes, aos quais deverá

conhecer e ponderar, para formar sua convicção e sobre eles aplicar o direito.

c) A ação cautelar pode ser desdobrada em ação condenatória, ação constitutiva e ação declaratória.

d) A ação cautelar visa concretizar o provimento de mérito proferido em prévio processo de conhecimento. Trata-se de cumprir, coercitivamente, o comando existente na sentença, para que o autor receba exatamente aquilo a que tem direito.

e) A ação de cognição, nos termos da sistemática adotada pelo Código de Processo Civil, tem, por objetivo, proteger o resultado do processo chamado "principal" contra dano oriundo do retardamento da prestação jurisdicional.

15. Considerando as regras do Código de Processo Civil – CPC pertinentes à competência, assinale a opção correta.

a) A ação que o incapaz for réu se processará no foro do autor da ação.

b) É competente o foro do domicílio do credor, para a ação de anulação de títulos extraviados ou destruídos.

c) Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta, entretanto, em regra, são relevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente.

d) Não é competente a autoridade judiciária brasileira quando o réu, mesmo domiciliado no Brasil, seja de outra nacionalidade.

e) Nas ações de reparação do dano sofrido em razão de acidente de veículos, será competente o foro do domicílio do autor ou o do local do dano.

16. Assinale a opção correta pertinentes à conexão, à continência e à prevenção.

a) O juiz não poderá, de ofício, ordenar a reunião de ações conexas.

b) Existe a continência entre duas ou mais ações quando lhes forem comuns o objeto ou a causa de pedir.

c) Se o imóvel se achar situado em mais de um Estado ou comarca, determinar-se-á o foro pela prevenção, estendendo-se a competência sobre a totalidade do imóvel.

d) O juiz da causa principal é competente pela reconvenção, entretanto não será competente para a ação declaratória incidental.

e) Correndo em separado ações conexas perante juízes que têm a mesma competência territorial, considera-se prevento aquele que realizou a primeira citação válida.

17. Com relação aos prazos processuais, marque V para a assertiva verdadeira e F para a assertiva falsa:

- () Sempre quando existirem litisconsortes, os prazos para contestar e recorrer serão contados em dobro.
- () Computar-se-á, em dobro, o prazo para contestar e, em quádruplo, o prazo para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública.
- () Não havendo preceito legal nem assinação pelo juiz, será de cinco dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- () O prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, é contínuo, entretanto se interrompe nos feriados religiosos.

- a) F, V, F, V.
- b) F, F, V, F.
- c) V, V, F, V.
- d) F, F, F, F.
- e) V, V, V, F.

18. Considerando a teoria geral dos recursos, assinale a resposta correta

- I. Em relação aos recursos, existem os pressupostos objetivos como o cabimento, a adequação e a tempestividade; e os subjetivos, como a sucumbência e a legitimidade para recorrer.
- II. A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- III. O recurso adesivo não fica subordinado ao recurso principal.
- IV. Pelo princípio da singularidade ou incomunicabilidade, para cada decisão judicial, há um único recurso cabível previsto pelo ordenamento jurídico, sendo vedada a interposição simultânea ou cumulativa de mais de um recurso visando à impugnação do mesmo ato judicial.

Estão corretos os itens:

- a) I, II e III
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I e IV
- e) Todos os itens estão corretos

19. Em relação aos recursos em espécies, assinale a assertiva correta.

- a) Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de

apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória.

- b) Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado improcedente ação rescisória.
- c) Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 15 dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar lesão grave e de difícil reparação, quando será admitida a sua interposição por instrumento.
- d) No caso da sentença confirmar a antecipação dos efeitos da tutela, a apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo.
- e) A apelação, em regra, será recebida apenas em seu efeito devolutivo, entretanto, excepcionalmente, a lei definirá os casos em que a apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo.

20. No tocante aos: embargos de declaração, recurso extraordinário e o recurso especial, assinale a resposta correta:

- a) Os embargos serão opostos, no prazo de 10 (dez) dias, em petição dirigida ao juiz ou relator, com indicação do ponto obscuro, contraditório ou omissivo, não estando sujeitos a preparo.
- b) Os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes.
- c) Para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa
- d) O Supremo Tribunal Federal, em decisão recorável, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional, nele versada, não oferecer repercussão geral.
- e) Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo de instrumento, no prazo de 15 (quinze) dias, para o Supremo Tribunal Federal ou para o Superior Tribunal de Justiça, conforme o caso.

21. Para a realização de seus objetivos, o Estado necessita angariar recursos financeiros, à semelhança de qualquer outra organização. A respeito da atividade financeira do Estado e suas particularidades, assinale a resposta **incorreta**:

- a) Sendo o Estado o macro-grupo responsável pelo suprimento das necessidades de seus cidadãos, é necessário que haja uma fonte permanente de recursos a serem carregados aos cofres públicos. Para estudar e sistematizar os princípios e

normas atinentes à obtenção de receitas estatais enquadradas no conceito de tributos, surge o direito tributário.

- b) A soberania caracteriza-se por ser uma expressão do poder estatal. É o conjunto de prerrogativas e poderes que devem ser exercidos pelo Estado para a consecução dos objetivos previstos na Constituição.
- c) Na obtenção das receitas derivadas, o Estado não se utiliza do chamado poder de império, encontrando-se em posição de igualdade em relação ao particular. Advindas da exploração do patrimônio do próprio Estado, têm-se como exemplos aluguéis por ele recebidos, as receitas da venda de bens, dividendos recebidos por participação em empresas, lucro de empresas estatais etc.
- d) As receitas originárias advêm de relações jurídicas nascidas com predominância da autonomia da vontade individual, como nos contratos. Neste caso, a Administração Pública age como uma pessoa comum, estabelecendo relações contratuais com outras pessoas.
- e) O direito financeiro é o conjunto de normas que disciplina e estuda o ordenamento jurídico das finanças do Estado e as relações jurídicas por ele criadas no desempenho de sua atividade financeira.

22. O direito tributário brasileiro interessa-se sobre o estudo das fontes do direito positivo escrito, adequado ao nosso ordenamento, no qual reina, por imposição constitucional, o princípio da legalidade. Sobre o tema, julgue os itens a seguir:

- I. A Constituição não cria tributos. No campo tributário, regula as competências dos entes estatais, os limites da tributação, os direitos e deveres do cidadão perante o fisco e os princípios que fundamentam a atividade tributante.
- II. As emendas constitucionais (CF, art. 60) também não criam tributos, pois, assim como o texto constitucional, apenas definem competências para tanto. A Emenda Constitucional de Revisão nº 01/1994, entretanto, disciplinou diretamente algumas contribuições sociais, com a estipulação de alíquotas, bases de cálculo, figuras de contribuinte etc.
- III. A lei ordinária diferencia-se da lei complementar tanto no aspecto *material*, quanto no aspecto formal. A primeira só pode versar sobre matérias taxativamente previstas na Constituição e exige um quorum diferenciado para votação, devendo ser aprovada pela *maioria absoluta* da Casa legislativa.

IV. Em matéria tributária, a lei complementar presta-se a dois tipos de normatização: estabelecer *normas gerais* de direito tributário que detalhem o estatuto jurídico do Sistema Tributário Nacional, e instituir, excepcionalmente, tributos de competência residual da União.

V. Semelhantemente às leis delegadas, a medida provisória pode conter matéria tributária, desde que não reservada à lei complementar. O texto constitucional, entretanto, com relação às MPs determina que, caso a MP implique instituição ou majoração de quaisquer tributos, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte, se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.

- a) IV e V estão corretas
- b) Todas estão erradas
- c) Apenas I e II estão corretas
- d) Apenas III e IV estão incorretas
- e) III e V estão incorretas

23. “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada” (art.3º CTN)

Sobre a definição de Tributo podemos afirmar:

- a) *Prestação pecuniária* são prestações de serviços obrigatórios ao Estado, como o serviço militar e o serviço eleitoral;
- b) *Compulsória*: o contribuinte é obrigado a pagar tributo, em virtude da relação de império que o Estado estabelece sobre a sociedade. Ocorrido o fato gerador, o sujeito tem o dever de pagar o tributo, independente de sua vontade. Contudo, pela legislação, os civilmente incapazes não estão obrigados ao pagamento de tributos, visto que, por serem representados, não expressam capacidade contributiva.
- c) *Não constitui sanção de ato ilícito*: Muitas vezes, somos obrigados a pagar valores ao Estado em decorrência de infrações que cometemos. Nesse caso, não se trata de tributo.
- d) *Instituído em lei*: tributo é obrigação ex lege. Para que seja exigido legitimamente, torna-se necessário que a lei, decreto ou qualquer outro instituto normativo que o crie, o estabeleça com antecedência, em obediência ao Princípio da Anterioridade.
- e) *Atividade vinculada*: é aquela exercida pela autoridade administrativa em observância estrita à lei. Em situações de relevante interesse e necessidade, o agente decide pela conveniência

e pela oportunidade da realização do ato, pois não possui apenas o *poder*, mas também o *dever* de exigir o tributo.

24. Os Princípios são pilares, bases de um ordenamento. Eles traçam as orientações, as diretrizes que devem ser seguidas. No art. 37 da CF encontramos os princípios mínimos que a Administração deve obedecer: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Assinale abaixo a alternativa cuja definição não corresponde ao princípio anunciado:

- a) Princípio da Legalidade: é princípio basilar do Estado Democrático de Direito, pois, garante que todas as atividades da administração estejam presas aos mandamentos da lei.
- b) Princípio da Publicidade: a administração, por exercer o papel de representante dos interesses da sociedade, deve informar a todos os seus atos, obedecidos a forma e prazos previstos na lei.
- c) Princípio da Eficiência: determina que os atos administrativos devem ser motivados, fundamentados. A Administração deve indicar quais as razões que justificam a tomada de decisões.
- d) Princípio da Moralidade: Além do Serviço Público obedecer às leis, deve-se obedecer também à moral. Uma Administração legal e moral é aquela que segue as leis e se pauta pela honestidade, procurando fazer o melhor e mais útil para o interesse público.
- e) Princípio da Impessoalidade: determina que todas as ações da Administração tenham como objetivo o bem estar da coletividade como um todo, e não os interesses pessoais do gestor ou deste ou aquele indivíduo ou empresa, afinal, o que deve ser buscado pela Administração é o interesse público, que está expresso ou implícito na lei que autorizou determinado ato.

25. Os poderes da Administração surgem como instrumentos através dos quais o poder público vai perseguir seu interesse coletivo. Sobre o tema, identifique a resposta correta:

- a) Poder vinculado – é aquele que estabelece qual o comportamento possível a ser tomado pelo administrador diante de casos concretos, sem nenhuma liberdade para tomada de decisão através de juízo de conveniência e oportunidade, mas, tão somente da lei, sob pena de nulidade do ato.
- b) Poder discricionário – através dele o administrador tem liberdade para atuar levando em consideração a conveniência e oportunidade, de tal forma que, havendo duas alternativas,

poderá optar por qualquer delas, no seu entendimento. Embora não esteja subordinado aos ditames legais, preserva o interesse público por se tratar de ato da administração.

- c) Poder Hierárquico – é o poder conferido ao administrador que lhe permite condicionar, restringir, conter e punir o exercício de atividade e direitos pelos particulares que não estejam em consonância com o interesse da coletividade
- d) Poder Disciplinar – é o poder conferido ao Administrador para a edição de decretos e regulamentos para oferecer fiel execução à lei, disciplinando assim o ordenamento jurídico pátrio.
- e) Poder Regulamentar – é o poder conferido ao administrador para escalonar, ordenar e controlar as funções dos seus órgãos e agentes. Através dele a Administração poderá controlar, punir e regulamentar a prática de infrações funcionais dos servidores.

26. Dentre as alternativas abaixo, indique aquela que não identifica um dos Requisitos de validade do ato administrativo:

- a) Imperatividade
- b) Competência
- c) Motivo
- d) Objeto
- e) Forma

27. Serviço Público é aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, obedecidas as normas e os controles estatais, com o objetivo de satisfazer as necessidades e os interesses da coletividade. Sobre o tema, julgue os itens a seguir:

- I. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
- II. Descentralizar é transferir, dentro da própria administração direta, a prestação de um serviço de um órgão para outro, distribuindo competências no âmbito de sua própria estrutura, a fim de tornar mais ágil e eficiente a prestação dos serviços.
- III. Concessão de serviço público é o instituto através do qual o Estado atribui a execução de um serviço a alguém, nas condições fixadas pelo Poder Público. O executor contratado realizará o serviço em nome próprio e assumindo os riscos. O contrato firmado poderá sofrer alterações unilaterais pelo Estado.
- IV. Desconcentrar é transferir um serviço da administração direta para terceiros, ou seja, a administração desempenhará algumas de suas funções por meio de outras pessoas jurídicas

que podem estar dentro ou fora da administração.

- V. A lei nº 7.783/89 elenca algumas atividades consideradas como serviços essenciais. Dentre estas atividades pode-se citar os serviços de assistência médica e hospitalar, o transporte coletivo, o tratamento e abastecimento de água, a produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis e o controle de tráfego aéreo.

- a) V, V, F, F, F.
- b) V, F, V, V, F.
- c) F, F, F, F, F.
- d) V, F, V, F, F.
- e) V, F, V, F, V.

28. Sobre as modalidades de prestação dos serviços públicos, assinale a alternativa errada:

- a) *Utī universi* – são aqueles serviços prestados pela Administração à sociedade em geral, para atender à coletividade no seu todo, sem que haja usuários determinados.
- b) *Próprios* – são aqueles que se relacionam intimamente com as atribuições do Poder Público e são inerentes à soberania do Estado, como a defesa nacional ou a polícia judiciária. Não podem ser delegados a particulares.
- c) *Utī singuli* - são os serviços que, embora prestados a todos, têm a possibilidade de seus beneficiados serem identificados. Daí porque, normalmente, devem ser mantidos por cobrança de imposto que é remuneração mensurável e proporcional ao uso individual de um serviço.
- d) *Adequados* – são aqueles serviços executados de acordo com os princípios específicos do serviço público.
- e) *Utilidade pública* – neles, a Administração reconhece sua conveniência e utilidade para os membros da coletividade.

29. Segundo a doutrina dominante, o ato administrativo pode ser invalidado por diversas situações. Sobre o tema, identifique abaixo a resposta correta:

- a) *Contraposição*: Tem como pressuposto vício de legalidade em algum de seus requisitos de formação, levando ao desfazimento de um ato em virtude desta ilegalidade.
- b) *Cassação*: Ocorrerá na ocasião em que um ato válido, embora legítimo e perfeito, venha a tornar-se inconveniente e inoportuno ao interesse público ou quando o ato, embora não possuindo vícios de formação, não atenda aos pressupostos de conveniência e oportunidade.

- c) *Revogação*: possui caráter punitivo, uma vez que decorre do descumprimento de condições que deveriam permanecer atendidas a fim de poder continuar desfrutando da situação jurídica.
- d) *Caducidade*: tem sua origem na edição de uma legislação superveniente que determine a perda de efeitos jurídicos da antiga norma que respaldava a prática de um ato. A nova legislação impede a permanência da situação jurídica anterior.
- e) *Anulação*: Ocorrerá quando um ato deixar de ser válido em virtude da edição de um outro ato que gere efeitos opostos ao antigo ato. É também chamada por alguns autores de *derrubada*. Em virtude dos efeitos contrapostos, os dois atos não podem existir ao mesmo tempo.

30. Sobre a Administração Pública, identifique a resposta incorreta:

- a) Define-se Administração Pública como o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas ao qual a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado. É a gestão dos interesses públicos por meio da prestação de serviços públicos, sendo dividida em administração direta e indireta.
- b) A administração direta é aquela exercida pelo conjunto dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Os órgãos administrativos que a compõem possuem quadro de servidores, competência própria, estrutura e poderes funcionais, mas não possuem personalidade jurídica própria, patrimônio, nem autonomia administrativa.
- c) Na administração indireta, o Estado transfere para outras pessoas jurídicas, a ele ligadas, a titularidade ou execução das funções. A administração indireta é composta pelas autarquias, fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e outras entidades de direito privado. Tais entidades, contudo, não possuem personalidade jurídica própria, patrimônio e autonomia administrativa, submetendo-se à legislação e regulação pela administração direta.
- d) As autarquias e as fundações públicas têm natureza jurídica de direito público, enquanto que as empresas públicas e sociedades de economia mista têm natureza jurídica de direito privado.
- e) A concessão que o Estado dá ao concessionário deve ser feita sempre através de licitação, procedimento destinado à seleção da melhor proposta dentre as apresentadas por aqueles que desejam contratar com a administração, traduzindo-se em uma medida de uso racional dos recursos públicos.

31. Sobre o tema: Controle de constitucionalidade, julgue os itens a seguir:

- I. A Constituição Federal é a lei maior de nosso ordenamento e se sobrepõe às demais normas infraconstitucionais. O controle de constitucionalidade é a forma de impedir que norma contrária à constituição permaneça no ordenamento jurídico.
- II. O paradigma do controle de constitucionalidade é a constituição federal, pois, sendo forte em centralização, a federação brasileira é simétrica em organização, não sendo observadas muitas variações nas constituições estaduais e as leis orgânicas em relação à constituição federal.
- III. As formas de inconstitucionalidade podem ser: por ação, quando são editados atos legislativos ou administrativos contrários à constituição; ou por omissão, quando não forem elaborados atos legislativos ou administrativos previstos na constituição.
- IV. É o Poder Judiciário, uma vez que atua para produzir coisa julgada, quem realiza o controle repressivo, cujo objetivo é expurgar do ordenamento jurídico a norma inconstitucional. O Executivo e o Legislativo, em respeito à independência entre os poderes, não estão autorizados a realizar o controle repressivo no sentido de fulminar a validade da norma produzida por eles por vício de inconstitucionalidade.
- V. Pela Lei de Introdução ao Código Civil, o Legislativo pode produzir outra lei que faça revogar uma que lhe seja anterior; também o Executivo pode editar uma Medida Provisória para suspender os efeitos de uma lei que considerar inconstitucional. Segundo muitos doutrinadores, nestes casos, a exemplo do Judiciário, está sendo exercido, de forma atípica, o controle repressivo de constitucionalidade.

- a) V, V, V, V, V.
- b) V, V, V, V, F.
- c) V, V, V, F, F.
- d) V, V, F, V, F.
- e) V, V, V, F, V.

32. Abaixo são citadas algumas das principais características de uma Federação. Assinale a alternativa que não corresponde a uma destas características:

- a) A união faz nascer um novo Estado cuja base jurídica é a Constituição e não um Tratado.
- b) É facultado o direito de secessão.
- c) Só o Estado Federal tem soberania; as unidades, autonomia política.

- d) Repartição de competências, fixadas pela Constituição, com poder político compartilhado.
- e) O indivíduo é cidadão do Estado Federal e não da unidade autônoma.

33. Julgue os itens a seguir:

- I. Poder Constituinte e Poderes Constituídos têm a mesma significação, pois ambos dizem respeito ao “Poder de Império” do governo sobre os seus subordinados. A Constituição Federal determina quais são estes poderes, e poderá criar outros, a critério do Presidente da República.
- II. “Controle de Constitucionalidade” é a verificação da adequação que deve existir entre as normas infraconstitucionais e a Constituição. É sempre um exame comparativo entre um ato legislativo ou normativo e a Constituição. Se não se compatibilizar, será considerado inconstitucional.
- III. No Direito Constitucional, ao falarmos sobre o “Sistema de freios e contrapesos”, estamos nos referindo à possibilidade de interferência recíproca entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no qual, cada poder exerce sua competência e também controla o exercício dos outros.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Apenas o item I está incorreto.
- c) Todos os itens estão incorretos.
- d) Os itens I e III estão corretos.
- e) Todos os itens estão incorretos.

34. Com relação à LEI, enquanto fonte formal do direito, NÃO podemos afirmar:

- a) É uma norma permanente, ou seja, tem continuidade no tempo, e será aplicada enquanto não for revogada ou não se esgotar o tempo de sua vigência.
- b) A eficácia da lei no espaço diz respeito ao território em que vai ser aplicada a norma e a eficácia no tempo refere-se à entrada da lei em vigor.
- c) É a mais antiga fonte formal do direito. É uma regra estabelecida em vista de um caso individual, pois cada indivíduo é visto pelo Estado de forma particularizada, daí a característica de especificidade das leis.
- d) Segundo a Constituição Federal, o processo legislativo compreende a elaboração de: emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções.
- e) A norma jurídica tem como características principais a bilateralidade, a generalidade, a heteronomia e a coercibilidade.

35. Nas alternativas abaixo, assinale a que não corresponde a uma “forma de Estado”:

- a) SIMPLES ou UNITÁRIO
- b) COMPOSTO ou COMPLEXO
- c) REPÚBLICA
- d) CONFEDERAÇÃO
- e) FEDERAÇÃO

36. Assinale a resposta incorreta quanto à classificação das constituições pela doutrina constitucional:

- a) Quanto ao Conteúdo: Materiais e Formais.
- b) Quanto à Forma: Escritas e Não-Escritas.
- c) Quanto ao Modo de Elaboração: Dogmáticas e Históricas.
- d) Quanto à Origem: Promulgadas, Outorgadas, Pactuadas.
- e) Quanto à Finalidade: Imutáveis, Rígidas, Flexíveis e Semi-rígidas.

37. Dentre os itens abaixo, identifique o que não é tópico de classificação da atual Constituição brasileira:

- a) Formal e dogmática.
- b) Escrita e rígida.
- c) Promulgada.
- d) Sintética.
- e) Prolixa.

38. A Constituição Federal de 1988, denominada de “Constituição Cidadã” pelas inovações em matéria dos direitos sociais e individuais, volta-se, decididamente, para a plena realização da cidadania, não contempla uma das características abaixo:

- a) Retomada do regime representativo, presidencialista e federativo.
- b) Retomada do pleno estado de direito democrático após o período militar.
- c) Instituição do salário mínimo, da jornada de trabalho de oito horas, do repouso semanal e das férias anuais remunerados, bem como da indenização por dispensa sem justa causa. Sindicatos e associações profissionais passaram a ser reconhecidos, com o direito de funcionar autonomamente.
- d) Destaque para a defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural da nação.
- e) Garantia do direito de voto aos analfabetos e aos maiores de 16 anos (opcional) em eleições livres e diretas, para todos os níveis, com voto universal, secreto e obrigatório.

39. O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de:

- a) Bem imóvel por natureza, como definido na lei civil, localizado fora da zona urbana do município.
- b) Bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado fora da zona urbana do município.
- c) Bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei tributária, localizado fora da zona urbana do município.
- d) Bem imóvel por natureza, como definido na lei tributária, localizado fora da zona urbana do município.
- e) Bem imóvel, por acessão ou aluvião, conforme definido na lei civil.

40. Complete a sentença segundo o disposto na Constituição Federal:

“Sempre que possível, os terão caráter e serão graduados segundo a capacidade do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte”.

- a) tributos – pessoal - financeira
- b) tributos – geral- econômica
- c) impostos – pessoal - econômica
- d) impostos - particular - econômica
- e) tributos – geral - financeira